

DESCRIÇÃO / TEMA ESTRATÉGICO	ÁREAS/	CRONOGRAMA	OBJETIVO	JUSTIFICATIVAS
1. Auditoria no almoxarifado e no inventário do estoque / Prestação de Contas	DGLOG/DEPAM	Planejamento:03.02/28.02 Execução:06.03 / 31.03 Relatório:01.04 / 30.04	Verificar a gestão do almoxarifado, abrangendo as atividades de armazenagem dos bens, esta, inclusive, quanto ao tempo de estoque e ao volume dos bens, além da atividade de distribuição, todas quanto ao aspecto da legalidade, incluindo dentro dos exames a avaliação, por amostragem, dos procedimentos adotados na realização do inventário de bens em almoxarifado (prosseguimento da auditoria constante no PAA 2013).	Ambas as auditorias visam dar concretude à atribuição institucional da DIACI, qual seja, avaliar, por amostragem, os procedimentos adotados na realização dos inventários de bens permanentes e em almoxarifado, conforme o art. 204 dos Anexos consolidados da Resolução 19/2013. Além disso, pretende-se apoiar a realização de projeto estratégico do Poder Judiciário, pertinente ao Tema ou Foco "Prestação de Contas", previsto no Plano Estratégico para o biênio 2013/2014.
2. Auditoria no inventário de bens permanentes / Prestação de Contas	DGLOG/DETRA, DGLOG/DEPAM	Planejamento:02.05 / 30.05 Execução:01.06 / 30.06 Relatório:01.07 / 31.07	Avaliar, por amostragem, os procedimentos adotados na realização do inventário de bens permanentes, quanto ao aspecto da legalidade.	
3. Ação coordenada de auditoria do CNJ (tecnologia da informação) / Tecnologia Eficaz	DGLOG e DGTEC.	Planejamento:01.08 / 30.09 Execução:01.10 / 31.10 Relatório:03.11 / 21.11	Verificar aspectos da implantação neste Tribunal de Justiça da Resolução CNJ nº 182/2013.	Trata-se de auditoria solicitada e coordenada pelo CNJ na área de Tecnologia de Informação. As auditorias coordenadas estão previstas no art. 13 da Resolução CNJ nº 171/2013 e objetivam a gestão concomitante, tempestiva e padronizada sobre questões de relevância e criticidade para o Poder Judiciário, bem como o atendimento aos princípios de eficiência, eficácia, economicidade e efetividade.
4. Levantamento do fluxo de comunicação e informação entre as áreas fim e meio / Comunicação institucional interna e externa e gestão dialógica	Unidades judiciárias e administrativas do PJERJ	Planejamento:03.02 / 31.03 Execução:01.04 / 30.06 Relatório:01.07 / 29.08	Conhecer as estruturas administrativas e judiciárias existentes e avaliar o fluxo de informações e comunicações entre a gestão da área fim e da área meio, sob o aspecto da efetividade e da eficácia, incluindo avaliação da percepção de convergência dos processos de trabalho à concretude da missão.	Este levantamento objetiva dar prosseguimento às ações necessárias para atingimento do item 16.16 da Meta 16/2013 do CNJ, que trata da existência de Estrutura de Controle Interno exercendo o papel de assessoramento dos gestores na definição de estratégias para gerenciamento de riscos, na identificação e avaliação dos riscos e na definição, implantação e no monitoramento de controles internos para mitigar os riscos. Além disso, pretende-se contribuir para a concretização da missão e difusão de benefícios diretamente sobre a atividade-fim, ressaltando que a missão é a razão de existir de uma organização.
5. Auditoria na gestão da fiscalização de contratos de prestação de serviços / Prestação de Contas	Diversas	Planejamento:01.09 / 30.09 Execução:01.10 / 28.11 Relatório:01.12 / 18.12	Verificar os procedimentos de fiscalização de contratos de prestação de serviços, quanto ao aspecto da avaliação dos controles internos, sob o ponto de vista da efetividade (prosseguimento da auditoria constante no PAA 2013).	Propõe-se, sob o prisma operacional, o prosseguimento da auditoria de gestão da fiscalização de contratos de prestação de serviços, com ênfase na efetividade, em consonância com os objetivos da Meta 16 do CNJ e tendo em vista a materialidade dos gastos.